



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
PRINCÍPIOS DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO**

**HENRIQUE CARMONA DUVAL; VERA BOTTA FERRANTE; NORMA
FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO;**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR

CAMPUS ARARAS - SP - BRASIL

mestrado@uniara.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

**Produção de Autoconsumo em Assentamentos Rurais:
Princípios da Agricultura Sustentável e Desenvolvimento**

Grupo de Pesquisa: 6 - Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

Resumo

A reforma agrária faz surgir uma nova categoria social e mosaicos na paisagem, em substituição às monoculturas. Nos assentamentos rurais ocorre uma reconstrução do agricultor, que pelo resgate do seu *habitus* cultural produz ao menos uma parte do autoconsumo alimentar. Todavia, a fixação no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e o enreda na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra. Este artigo discute, em meio a esta problemática, a agricultura voltada ao autoconsumo alimentar em consideração a alguns princípios agroecológicos. Retoma-se, ao final, que com o apoio de políticas municipais voltadas a este tipo de produção (de alimentos), pode ser configurada uma estratégia de desenvolvimento rural frente à invasão da cana nos lotes agrícolas.

Palavras-Chaves: Reforma Agrária; Autoconsumo; Agroecologia; Desenvolvimento.

Abstract

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

The agrarian reform makes to appear a new social category and mosaics in the landscape, in substitution to the cultivations. In the agricultural nestings a reconstruction of the agriculturist occurs, who for the rescue of cultural its *habitus* produces the least a part of familie's selfconsume to feed. However, the setting in the territory compels the nesting joints with the macroinvolving agricultural dynamics and tangles it in the logic of the cultivation that, in historical terms and paradoxicalally, was the same one that it produced the social disfiliation of long ago and the necessity of fight for the land. This article argues, in way to this problematic one, the agriculture directed to the production familie's selfconsume to feed in consideration to some agroecology principles. It is retaken, to the end, that with the support of municipal politics come back to this type of production (of foods), can be configured a strategy of agricultural development front to the invasion of the sugar cane in the agricultural lots.

Key Words: Agrarian Reformation; Production of Selfconsume; Agroecology; Development.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo advém de um estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), dentro do projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência* (2004-2007), financiado pelo CNPq, coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante. No segundo eixo analítico deste projeto, propôs-se investigar as contradições existentes entre as diferentes estratégias de produção agropecuária das famílias assentadas frente aos mecanismos da economia regional. Também procurou-se investigar as políticas municipais levadas adiante pela prefeitura de Araraquara-SP, como alternativas de inserção dos assentamentos no município.

No presente artigo procura-se dar ênfase, primeiramente, à caracterização do universo empírico da pesquisa, os assentamentos rurais Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, localizados na região de Araraquara-SP. Destacam-se como estratégias produtivas, duas alternativas bem distintas em suas concepções: por um lado, parcerias com agroindústrias canavieiras, com os assentados na condição de fornecedores de matéria-prima. Por outro, a inserção em programas municipais, como fornecedores de alimentos para o abastecimento municipal. Logo após, é feito um panorama do modo de vida ali constituído, no qual o autoconsumo ganha destaque como uma estratégia de reprodução social das famílias e como forma de redução de situações de risco alimentar.

A agricultura praticada em função do abastecimento alimentar é identificada em consideração a alguns princípios agroecológicos, de forma que podemos enquadrá-la, sob alguns aspectos, como uma agricultura sustentável. Demonstra-se como ocorrem fluxos de reaproveitamento energético no interior dos lotes agrícolas em benefício produtivo e uma grande diversificação agrícola, em função do que é produzido para



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



autoconsumo alimentar.

Um enfoque agroecológico, que se pretende dar neste estudo, não se atém ao debate em torno do tipo de agricultura praticada ou da qualidade e da quantidade dos alimentos que são produzidos. Tomamos por opção também um enfoque sobre fatores exógenos à agricultura propriamente dita, que envolve a autonomia sobre o que é plantado e de que maneira, preocupações que são comuns para as estratégias das famílias assentadas e também para os agentes do poder local, através dos projetos de desenvolvimento rural que são empreendidos para os assentamentos.

Os dados empíricos ora apresentados são frutos do trabalho de campo e questionários aplicados em 2006, em função do projeto anteriormente citado. Neste projeto foi feita uma atualização do perfil dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, pegando-se uma amostragem de 10% das famílias residentes nestes núcleos de assentamentos.

A opção metodológica por um questionário semi-estruturado abriu a possibilidade para se obter dados estatísticos e também respostas muito singulares de cada entrevistado. Apresenta-se, neste artigo, alguns dados quantitativos, expressos nos quadros de porcentagens e outros qualitativos, obtidos através da resposta transcrita dos assentados e das assentadas que participaram da pesquisa às questões do questionário. Deste modo, na maior parte dos quadros apresentada seguem-se alguns depoimentos qualitativos.

2. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

O universo empírico da pesquisa são dois assentamentos que comportam realidades bem diferentes entre eles, sob vários aspectos. O assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos de assentamentos e ainda com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. Cada núcleo foi criado em diferentes datas: os principais anos de ocupação dos lotes foram 1985-86, seguidos por um período entre 1991 e 1994 e, por último, em 1997-98. Hoje o Monte Alegre conta com um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Divisão Regional de Saúde (DIR-Araraquara).

Cerca de 70% dos assentados, embora de origem e trajetória rural, provêm do assalariamento rural já em cidades do entorno, basicamente o corte de cana e colheita da laranja (FERRANTE e BERGAMASCO, 1995). A luta por esta terra foi encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que organizou centenas de trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de trabalho nas colheitas sazonais da região (BARONE, 1999).

A fazenda Monte Alegre caracteriza-se pelo solo ácido, que fora submetido a quarenta anos de exploração de eucalipto, num primeiro momento pela Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.) e posteriormente pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora). A madeira da fazenda, quando da implantação do assentamento, tinha como destino a produção de celulose para empresas privadas.

Este assentamento foi criado e é de responsabilidade da Fundação Itesp, antigo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo). Ele se encontra na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

últimos são municípios bem menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre os assentados. Fato que vem a revelar-se um fator complicador para a implementação de uma política local de desenvolvimento.

QUADRO I - Distribuição de lotes e famílias por núcleo e município - Monte Alegre e Bueno de Andrada/ITESP

Núcleo	Município	Lotes	Famílias
M.A. I	Motuca	49	49
M.A. II	Motuca	62	64
M.A. III	Araraquara	76	76
M.A. IV	Motuca	49	49
M.A. V	Motuca	34	34
M.A. VI	Araraquara	96	96
BUENO	Araraquara	31	31

Fonte: ITESP/Séc. Saúde (DIR-Araraquara)

Além desses núcleos do ITESP, existe um assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara, o Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e o mesmo número de famílias (estimadamente). O Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar, a Usina Tamoio, cuja desapropriação data de 1988. O assentamento foi implementado após luta dos ex-trabalhadores desta usina, que no final da década de setenta enfrentou séria crise financeira, deixou de pagar salários e entrou em concordata.

Dos trabalhadores que moravam na colônia da fazenda poucos se interessaram em lutar pela terra ao invés dos salários. Assim, ao final do mesmo ano (1988), apenas quinze famílias de ex-trabalhadores da usina tornam-se assentadas, sem receber os salários atrasados e, juntamente com doze famílias que vieram de ocupações na fazenda Monte Alegre, iniciaram o projeto de assentamento. Em 1989 entram as demais famílias, vindas de vários lugares como: Vale do Ribeira, Paraná, Minas Gerais, de acampamentos do MST (principalmente em Promissão-SP), da cidade de São Paulo e de diversos Estados do nordeste brasileiro. Muitos desses trabalhadores foram cadastrados na Reforma Agrária através do Sindicato dos Trabalhadores de Usinas, portanto já tinham algum envolvimento com o trabalho em usinas. Outras trinta e sete famílias que estavam acampadas na cidade queriam entrar, mas eram impedidas pelas famílias que já estavam assentadas. Elas tiveram que ocupar o casarão da fazenda, totalizando 176 famílias na área.

Então, além de muitas famílias serem de ex-trabalhadores da usina Tamoio, algumas trabalhavam para usinas em outras regiões. Foram assentadas numa terra antes utilizada pela monocultura de cana e ainda envolta pela mesma cultura, de fazendas de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



outras usinas locais, já percebendo-se, de início, a potencialidade de influência que o complexo canavieiro pode exercer nestes assentamentos. Uma característica comum na formação deles é o não envolvimento com o MST por parte da maioria das pessoas. São áreas conquistadas pelo esforço de outro movimento, principalmente de ex-trabalhadores volantes e sob coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Embora a estrutura agrária nestas fazendas tenha sido modificada, os assentados desta região sempre se viram em meio a um mar de cana. Como estratégias de sobrevivência no assentamento muitos deles tiveram que recorrer ao plantio de cana. Desde 1992, propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados são lançadas por diversos atores regionais. A discussão ficou polarizada, por um lado, pelos órgãos gestores (Itesp e Incra) e assentados contrários ao plantio da cana e, por outro, prefeitos, usineiros e (posteriormente) alguns assentados favoráveis aos consórcios. As propostas, ao longo do tempo, foram se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria. A falta de um projeto continuado de desenvolvimento aos assentados, voltado para sua autodeterminação, gerou um quadro de endividamento e desistências em permanecer na terra, motivo para que muitos deles se convencessem de que a cana seria a única solução para a continuidade destes assentamentos¹. Muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente até que, em 2002, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual.

Desde então, os assentados da fazenda Monte Alegre passaram a assinar contratos de cinco anos com usinas do complexo canavieiro local na condição de fornecedores de matéria-prima. Atualmente, estima-se que 280 lotes do assentamento Monte Alegre têm aproximadamente 50% de suas áreas cobertas com a cultura de cana-de-açúcar. Nos primeiros anos a iniciativa ganhou destaque, visto o número de adesões que teve e a boa renda média gerada. No entanto, em 2007, já foi possível perceber um efeito negativo para os assentados: na safra 2005-2006, o preço da tonelada da cana chegou a R\$ 60,00 e na safra seguinte caiu a R\$ 28,00². Muitos quiseram deixar de produzir a cana, mas o formato do contrato obrigou-os a permanecer no cultivo desta cultura. Um assentado que plantava a cana chegou a entrar com ação judicial para sair da parceria, pois passou a ter que pagar para plantá-la.

O mesmo tem ocorrido no assentamento Bela Vista (de responsabilidade do governo federal): dos 176 lotes agrícolas, estima-se que apenas 12 não têm cana voltada à cadeia agroindustrial. Neste outro assentamento, o plantio tem-se dado de forma irregular, não autorizado pelo Incra, motivo para que, em dezembro de 2007, 11 famílias sofressem ação judicial para a reintegração de posse de seus lotes, causando grande conflito na comunidade (incluindo quebra de laços comunitários, violência física e ameaças de morte) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Em ambos os assentamentos existem casos de assentados que recorreram a financiamentos específicos da agricultura familiar (Pronaf) para cobrir custos com a manutenção dos canaviais da usina. São aqueles que ao longo do cumprimento do contrato com a usina ficam em uma situação

¹ A história do assédio do complexo agroindustrial canavieiro nestes assentamentos é profundamente discutida nos seguintes trabalhos: Ferrante, 1994 e Ferrante e Santos, 2004.

² Os valores mencionados se referem ao valor bruto recebido pela produção.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de endividamento progressivo³. Os próprios técnicos do Itesp sugerem o financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, ocorrendo, assim, uma transferência de financiamento que do agricultor familiar passa ao grande proprietário.

Outra alternativa de inserção econômica dos assentados tem sido dois programas municipais voltados à produção de alimentos. Embora existam desde 2002, ainda encontra-se em situação embrionária pela baixa participação dos assentados. São eles: o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos (de segunda a sábado, no terminal de integração dos ônibus urbanos, e aos sábados, em uma feira na região central da cidade) e o Programa de Aquisição de Alimentos, uma ação municipal em parceria com o governo federal. Estes programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar: no primeiro, tem sido possibilitado o acesso a alimentos mais baratos pela venda direta em pontos estratégicos, onde circulam pessoas que usam transporte coletivo voltado para todos os bairros da cidade. No segundo, a prefeitura compra alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos, e para o restaurante popular. Em torno de 40 famílias assentadas participam, com regularidade, em ambos os programas.

A inserção dos alimentos produzidos em assentamentos rurais no município de Araraquara representa uma estratégia de inclusão social das famílias assentadas, visto que suas estratégias de tentar viabilizar a entrada direta de suas produções no comércio local ainda não têm logrado o sucesso esperado. Por isso a importância das políticas públicas. Segundo Kuranaga et. al. (2007), está em formação uma rede de capital social que envolve o poder local (prefeitura e secretarias municipais), órgãos gestores, os assentamentos e consumidores urbanos em torno do programa Direto do Campo, ambos empenhados com os princípios de segurança alimentar.

Estes dois programas indicam inovações na gestão municipal em relação aos assentamentos, pois colocam outras perspectivas além daquela representada pela cana. Isso nos leva a pensar na hipótese de que pode haver consonância entre a produção agrícola nestes locais e o abastecimento alimentar na jurisdição municipal, caracterizando uma estratégia de segurança alimentar tanto no micro recorte da unidade produtiva quanto no macro recorte araraquarense, numa tessitura da rede de relações solidárias no interior do assentamento, entre assentamentos e desses com o município. Possibilidade esta que vai ao encontro da proposta agroecológica, no que toca aos fatores exógenos à agricultura propriamente dita (ALTIERI, 2002), relacionando políticas públicas e rumos do uso do solo, que indiquem para a soberania alimentar do município.

3. A PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO NOS ASSENTAMENTOS

Quando “reformada” a estrutura agrária, em que prevalecia uma monocultura, para dar lugar a um assentamento rural, está-se pretensamente descartando a lógica do

³ Este fenômeno tem ocorrido àqueles assentados que obtêm baixa produtividade, não conseguindo arcar com os custos dos insumos necessários para a próxima safra, tais como calcário, fertilizantes e defensivos. A usina acaba injetando estes insumos e a dívida do assentado se acumula.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

lucro máximo por outra lógica, que mescla a assimilação e acomodação das regras de mercado, contudo, valorizando, numa temporalidade própria que rege a interação com a terra, dimensões extra-econômicas da vida familiar e comunitária. Ocorre, a partir dos assentamentos, uma transformação sócio-espacial, que faz surgir uma nova categoria social – de assentados – e a formação de mosaicos na paisagem, onde um projeto coletivo constitutivo da luta e conquista pela terra não anula as particularidades de cada unidade familiar. Todavia, não raro, uma fixação exitosa no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e o enreda na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra.

Para entrar para o Programa de Reforma Agrária, pela via legal, obrigatoriamente homens e mulheres têm que apresentar evidências de fortes laços com a terra, por exemplo, ter nascido ou já ter residido em zona rural, trabalhado em lavouras, produzido alimentos, ter ocupado uma terra com o propósito de um projeto de agricultura familiar etc. O tipo de trabalho exercido desde suas origens e trajetórias é decisivo para o ingresso neste universo e futuras tomadas de decisões acerca das estratégias, agrícolas ou não, a serem adotadas para a consecução da subsistência familiar.

Nos assentamentos da região de Araraquara foi comprovada a experiência anterior das pessoas em atividades agrícolas, mas que em muitos casos já havia sido rompida por um período vivido em áreas urbanas. Os quadros 2 e 3 indicam, respectivamente, que houve um momento no qual atividades agrícolas predominavam em suas vidas, passando depois pela situação de assalariamento em outras atividades.

QUADRO 2 – Assentados com experiência na agricultura.

	Sim	Não	Total
Bela Vista	13 (81,25%)	03 (18,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	38 (84,7%)	07 (15,3%)	45 (100%)

QUADRO 3 – Trajetória dos assentados anterior ao assentamento.

	Campo	Cidade	Total
Bela Vista	09 (56,25%)	07 (43,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	21(46,8%)	24 (53,5%)	45 (100%)

O quadro 3 representa ainda o caráter migrante do trabalho desta população, que viveu entre atividades rurais e urbanas por um período imediatamente anterior ao assentamento. A trajetória anterior ao assentamento, com um tipo de trabalho declarado como agrícola, pode ser entendida por, pelo menos, duas formas diferentes: como



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



meeiros ou sitiantes é uma delas, trabalho na chamada lavoura branca (produção de arroz, feijão, milho, mandioca e outras alimentícias). Outra forma é o assalariamento rural, para os que trabalharam registrados em agroindústrias.

Há igualmente a considerar aqueles que se encontravam desempregados, o que muitas vezes coincidia com pessoas contratadas temporariamente em atividades sazonais, agrícolas ou não. Em grande parte dos assentados essas atividades eram em agroindústrias, principalmente no corte de cana e na colheita de laranja. Há também aquelas pessoas que viviam de empregos como pedreiros (homens) e faxineiras (mulheres). Outras pessoas eram assalariadas em cidades e com atividades exclusivamente urbanas.

A trajetória das famílias de modo geral se revelou marcada pela mudança, pelo assalariamento, seja ele rural ou urbano, mas nela todos viveram situações muito parecidas com o modo de vida de sitiantes, principalmente em suas origens, onde nasceram e foram criados como agricultores na lavoura branca, conforme nos depoimentos qualitativos a seguir:

POSSUÍA ALGUMA EXPERIÊNCIA COM AGRICULTURA?

1. Trabalha na terra desde os 7 anos.
2. Nasceu e foi criado na roça.
3. Sim, foi para Londrina-PR quando criança e se criou lá só trabalhando na agricultura. Era meeiro, produzia arroz, feijão, milho etc, junto com a família. Disse que essa categoria foi acabando e que dificilmente encontra hoje fazendas com áreas onde o proprietário queira ceder 30, 40% para famílias meeiras.
4. Sempre trabalhou com roça e no corte de cana-de-açúcar.
5. Seus antepassados já trabalhavam na roça e ela sempre trabalhou nisso também.
6. Os pais já eram agricultores na Bahia, migraram para São Paulo, entraram no programa de reforma agrária e vieram parar em Araraquara.
7. Sim, com hortifrutigranjeiro, cana, feijão, arroz etc.

O QUE FAZIA ANTES DE VIR PARA O ASSENTAMENTO?

1. Meeiro de criança até 1990. De 1991 a 1994 foi vigia na Citrosuco. Foi tratorista da empresa Marchezan, fez ensino técnico em contabilidade, ficou desempregado, foi servente de pedreiro.
2. Trabalhava em lavoura de milho e feijão em Minas Gerais. Veio para Sertãozinho e ficou 12 anos trabalhando no corte de cana, depois em firma e como lavadeira de roupa.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



3. Trabalhava na agricultura. Esteve em diversos lugares. Mais recente ao assentamento no Paraná, depois veio para Limeira-SP cortar cana e colher laranja.
4. Até os 19 anos plantava café no Paraná como meeiro. Veio para Indaiatuba-SP e trabalhou doze anos em indústria.
5. Estava em Américo Brasiliense há doze anos, oito deles trabalhando na usina Maringá. Fazia de tudo na usina.
6. Sempre trabalhou na roça, em sítio. Trabalhou com carteira registrada apenas quatro anos na usina S. Martín em Guariba.

Existe, entre os assentados de maneira geral, um passado na terra, vivido por eles mesmo e também por seus antepassados. O processo de modernização do campo foi o mote da des-territorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos (ABRAMOVAY, 2005), vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma memória de privação dos meios de produção e exercício de habilidades correspondentes que reflete nas condições físicas do sujeito e sua família.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra e migrações, onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. Entretanto, antes de trabalhadores volantes, outras categorias sociais foram por eles experimentadas, como, por exemplo, meeiros, colonos ou pequenos proprietários, categorias que tradicionalmente residem em glebas de terra onde produzem seu próprio alimento. Naquilo que os aproxima, volta a ser no assentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos e o *habitus*⁴ de cada família, com o qual ela se vale para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

Ao serem assentadas, as práticas culturais reproduzidas em suas glebas são fortemente marcadas por atividades agrícolas. Segundo os dados da pesquisa, a grande maioria das famílias desenvolve atividades agrícolas, sendo que uma parte razoável delas também desenvolve atividades não agrícolas. Apenas um caso de família que declarou não possuir atividade agrícola.

Embora tenha sido identificada a pluriatividade das famílias em atividades como agente de saúde, pedreiro, motorista, tratorista, doméstica, padaria, processamento de frutas (doces) e derivados de leite, dentre outras desenvolvidas fora e mesmo no interior

⁴ Segundo Bourdieu (1989), o *habitus* é um sistema de predisposições culturais adquiridos social e historicamente, podendo se fazer notar, por exemplo, através de práticas ou comportamentos, que são transponíveis a novas realidades na medida em que os lugares as comportem.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

dos assentamentos, predomina a agricultura como única atividade para a grande maioria das famílias, conforme o quadro 4.

QUADRO 4 – Atividade desenvolvida pela família.

	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola e não-agrícola	Total
Bela Vista	13 (81%)		03 (19%)	16 (100%)
Monte Alegre	28 (62%)	01 (3%)	16 (35%)	45 (100%)

QUAL (IS) ATIVIDADE (S) DESENVOLVIDA (S) PELA FAMÍLIA?

1. Família toda trabalha com agricultura. A filha é agente de saúde.
2. Filho de 31 anos trabalha em Ribeirão Preto como pedreiro e fica em casa aos finais de semana, quando ajuda na roça. Filha trabalha como “dama de companhia” de uma idosa em Motuca. No lote, o pai e o filho de 29 anos cuidam de lavoura de autoconsumo e têm cana. As respectivas esposas cuidam das casas. Trabalham na colheita de laranja quando há serviço.
3. Atividades agrícolas.
4. Agrícola. Ele faz alguns bicos no assentamento como pedreiro.
5. Atualmente só agricultura de autoconsumo. Filhos trabalham nas colheitas de laranja.
6. Trabalho no sindicato dos trabalhadores rurais de Motuca, uma filha é enfermeira e o genro trabalha na roça.
7. Os homens trabalham na Paris Tintas em Matão (pintores) e as mulheres trabalham no lote e cuidam das crianças.
8. Trabalha em sua roça e corta cana no assentamento.
9. Atividades ligadas à produção de leite e laticínios e plantação de milho.
10. Filhas trabalham nos serviços de casa e na manutenção do lote de moradia (agrovila), o genro e a esposa trabalham de safrististas (corte de cana ou colheita de laranja).

O retorno à terra, como assentada rural, é uma situação na qual o *habitus* ligados à prática agrícola pode ser resgatado e reaplicado pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal. As



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, prioritariamente desenvolvam atividades agrícolas.

Ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas que as famílias fazem é plantar árvores frutíferas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas. Produzir o autoconsumo é uma atividade que está presente em parte significativa dos lotes dos assentamentos de Araraquara, como também de outros assentamentos (NORDER, 1998; WHITAKER e FIAMENGUE, 2000; SANTOS e FERRANTE, 2003; FERRANTE, 2007).

A produção de alimentos para abastecimento próprio em unidades familiares é um fator quase inerente à vida no campo, o que é um dos aspectos que inspirou Candido (1979) a compreender a tessitura das dimensões econômicas e extra-econômicas do modo de vida caipira, como a associação da sua lavoura e seus hábitos alimentares.

Nos assentamentos de Araraquara se destaca a produção de frutas, grãos, mandioca e hortaliças. Ainda que estas possam representar as principais estratégias de comercialização em um lote, a família que as produz também faz uso alimentar. Vale lembrar que as informações obtidas neste item, que serão apresentadas a seguir, equivalem às culturas que são encontradas com mais frequência entre os lotes pesquisados, não levam em consideração a área plantada de cada cultura.

Os pés de frutas são as produções mais encontradas nos lotes, geralmente diversificadas e consorciadas entre si nos lotes de moradia. São produções que não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em alguns lotes, a fruticultura é a principal estratégia produtiva para fins de comercialização, por exemplo aqueles que adquirem financiamentos para plantar, principalmente, manga, abacaxi, maracujá, mamão ou outras. No entanto, na maioria das vezes as frutas não são identificadas com retorno financeiro, mas com valores como a satisfação alimentar, a presença de pássaros, sombra ao redor da casa.

Em segundo lugar estão os cereais. Os principais cereais servem igualmente para o autoconsumo (milho e arroz), sendo que, para o milho, sempre houve incentivos de financiamento e encontra-se a possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango. Ele tem maior durabilidade quando não colhido, pois pode ser vendido verde ou seco. Em terceiro lugar, foi identificada na pesquisa a presença de cultivos permanentes, dentre as quais destaca-se a mandioca pelos mesmos motivos do milho: serve para o autoconsumo, encontra-se financiamento, há a venda direta para farinheiras, tem maior durabilidade sem ser colhida e ambos são enraizados na dieta da população. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para produção e comercialização.

As hortaliças estão em quarto lugar. Para a maioria das famílias que as plantam, são destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente em programas municipais, em cidades próximas e mesmo no comércio interno, seguindo o exemplo das frutas. Estas quatro primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), além de alimentar os mercados locais fazem parte de uma rede de trocas e doações que será discutida posteriormente.

Quanto à cana, há uma estimativa de que ela seja, hoje, a cultura que mais ocupa espaço nos lotes dos assentamentos. No entanto, para muitos assentados, a cana agroindustrial não deveria ser plantada em parceria com usinas, como tem ocorrido na

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

forma de contratos. O que leva muitos deles a plantar cana é a produção facilitada pelas usinas e o retorno financeiro, além da falta de outras alternativas que garantam renda equivalente. Já outras pessoas têm a perspectiva de continuar com a parceria da cana, inclusive ampliando a área em que ela pode ser plantada (atualmente fixada em, no máximo, 50% do lote), pois acham que a produção é a única capaz de lhes dar uma renda satisfatória e tirar-lhes do quadro de pobreza que se encontram. Mesmo com a estimativa de que em 280 lotes há cana agroindustrial, há indícios de que na outra metade do lote a diversificação continua se fazendo presente, deixando as produções de alimentos como as mais freqüentes no conjunto dos lotes familiares.

QUADRO 5 – Produção nos lotes.

	Bela Vista	Monte Alegre	Total Médio em %
Hortaliças	07 (43,75%)	23 (51,6%)	49%
Cereais (milho, arroz)	14 (87,5%)	24 (53,28%)	62%
Temporárias (feijões)	04 (25%)	13 (28,86%)	28%
Permanentes (eucalipto, mandioca, café)	08 (50%)	27 (59,94%)	57%
Frutas	10 (62,5%)	32 (71,04%)	69%
Cana	10 (62,5%)	19 (42,18%)	47%
Pastagem	02 (12,5%)	24 (53,28%)	43%
Outros	02 (12,5%)	04 (8,88%)	10%

Segundo a pesquisa de Santos e Ferrante (2003, p.100), atribui-se à produção de autoconsumo 58% do valor gasto mensalmente com a alimentação da família em alguns assentamentos paulistas. Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que “a média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

de cálcio e das vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, proteínas, fósforo, ferro e vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total.” (1998, p.46).

O fato de que são mais presentes nos lotes as produções de frutas, cereais, mandioca e hortaliças, produções relacionadas à alimentação das famílias e à venda do excedente, confirma que nos dois assentamentos a maioria das famílias produz pelo menos uma parte do que consome. O quadro 6 vem seguido das respostas das famílias a questão do que produzem para autoconsumo alimentar, oferecendo um panorama do que pode ser auto-produzido num lote familiar e de como há consideráveis diferenças em cada caso.

QUADRO 6 – Produção destinada à família.

	Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
Bela Vista	04 (25%)	07 (43,75%)	03 (18,75%)	02 (12,5%)
Monte Alegre	22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	

DO QUE PRODUZ, O QUE É DESTINADO PARA O CONSUMO DA FAMÍLIA?

1. Leite, faz queijo, ovos, todas as frutas, hortaliças e cereais.
2. Com o leite fazem requeijão, manteiga, queijo, doce (com as frutas também), ovos de galinhas e patas, carne de galinha e porco, todos os cereais, hortaliças e frutas do lote.
3. Milho faz fubá. O resto: tudo eles comem, primeiro enche a barriga e depois vende o excedente.
4. Milho, mandioca, feijão. Frutas e hortaliças, o genro fornece.
5. Café, mandioca e frutas.
6. Café, laranja, mexerica ponkan, mandioca. O vizinho tem frango, feijão, vaca, porco, etc.
7. Tudo, menos a cana.
8. Nada, fazem compra de mês no supermercado em Motuca.
9. Café, leite, arroz e milho.
10. Quiabo, abóbora e outras poucas coisas da horta.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), os assentamentos são lugares heterogêneos. Isto é, são lugares onde ocorre inerentemente à diversificação agrícola em consequência da diversidade cultural, o que se deve, em grande medida, pelo fato do homem voltar a ser do campo e o campo voltar a ser rural, ao invés de agrícola, pois volta a ser local também de moradia e não apenas local de produção intensiva (DUVAL, 2005).

A construção deste espaço heterogêneo se relaciona, em grande medida, com a idéia de Santos (1998, p.39), para quem “por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade”. Assim é que os gostos e preferências alimentares da família, seu cotidiano no lugar e aprendizado sobre seu agroecossistema, sua técnica criativa que se adapta às mudanças tecnológicas, às condições do clima e do solo e a necessidade de se alimentar são alguns fatores endógenos a cada estabelecimento familiar que vão fazer do espaço agrícola, principalmente aquele dedicado à produção de autoconsumo, o que ele é. Este tipo de produção, por sua vez, pode ser um pouco mais livre da “materialidade”, ou seja, mais independente da inserção no sistema capitalista. Isso porque não são apenas por motivos materiais (financeiramente falando), mas também simbólicos, sociais e energéticos, que estas produções estão lá.

Os alimentos indicam o que a família gosta e é capaz de produzir para seu consumo, levando-se em conta uma dinâmica de conhecimentos e recursos próprios, que se transformam, com técnicas da modernidade e em função da realidade por elas enfrentada. O lote agrícola é um espaço que absorve o conhecimento e a prática de famílias, agora refeitas e identificadas numa nova categoria social, mas que possivelmente vão demonstrar sua herança cultural “com a força do que é criado de dentro e resiste” (SANTOS, 1998, p.37), nas partes deste lote onde são plantados alimentos para o abastecimento familiar.

Um fato social importante que ocorre com tais excedentes de alimentos é que eles se inserem em redes de trocas e doações de alimentos que ocorrem no interior dos assentamentos, entre as famílias, principalmente envolvendo aquelas mais carentes que não produzem para seu sustento. Já foi possível conhecer e identificar pelo trabalho de campo núcleos familiares que dependem mais deste tipo de relação solidária com outros assentados para se alimentar. Para exemplificar, dois casos mais evidentes de núcleos familiares com pouca garantia alimentar e nutricional nos assentamentos. São famílias em que apenas os idosos ficaram no lote, não têm condição de produzir e recebem poucos benefícios de aposentadoria; outras famílias possuem apenas casa na agrovila e não desenvolvem atividades agrícolas, têm muitas crianças, o chefe da família trabalha fora enquanto a mulher cuida dos filhos em casa. Ambos são perfis de núcleos familiares que podem sofrer de escassez de alimentos mesmo em um assentamento rural.

As famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima, dependem que nos lotes dos vizinhos, ou de seus familiares e amigos, tenha uma produção de alimentos cujo excedente possa ser por elas aproveitado. Isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades, ou

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

mesmo por relações solidárias de doações. Pelo fato de a maioria das famílias já ter vivenciado períodos de privação dos meios produtivos e talvez sofrido escassez de alimentos, é provável que entre os assentados não haja quem queira ver alguém próximo passando fome, ainda mais quando há um excedente disponível.

Por outro lado, famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou serviços nos assentamentos. O que podemos perceber de maneira muito clara é que as trocas geralmente envolvem parceiros, como por exemplo, famílias do mesmo grupo religioso. Entre famílias da Congregação Cristã do Brasil existe um vínculo de trocas tão forte que nos pareceu fazer parte de suas vidas econômicas, porque elas contam umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas também percebemos ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

No quadro a seguir podemos observar um grande número de respostas indicando a existência de trocas entre famílias:

QUADRO 7 – Trocas nos assentamentos.

	Sim	Não
Bela Vista	11 (68,75%)	05 (31,25%)
Monte Alegre	28 (62,45%)	17 (37,9%)

OCORREM TROCAS DE ALIMENTOS OU DE SERVIÇOS ENTRE AS FAMÍLIAS?

1. Sim, alimentos e serviços.
2. Sim, principalmente doações a famílias mais carentes.
3. Sim, vale a mistura e pode garantir vários meses. Citou exemplo de um vizinho que matou um porco e trouxe vários quilos de banha pra fazer torresmo, pra usar na cozinha. Troca de serviços entre familiares, mutirões. Quando eu estava lá veio um vizinho emprestar ferramentas e válvulas de pneus.
4. Só com vizinhos amigos. Dá para trocar coisas que você não planta e outro planta, diversificando mais o cardápio.
5. Apenas serviços. Falou que não há troca de alimentos por parte dele.
6. Para eles não, mas sempre ajudam os mais carentes.
7. Não, somente entre os núcleos da casa.
8. Trocam serviço por alimento verde.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

9. Não.

10. Sim, troca e/ou empresta. Os vizinhos se conhecem desde os tempos que ficaram acampados, todos juntos, são muito amigos e podem contar um com o outro.

4. PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO SOB O ENFOQUE AGROECOLÓGICO

Em famílias cujo passado foi de agricultores – quando moravam e trabalhavam no meio rural – muitas das produções dos lotes foram trazidas de outras épocas vividas e do espaço onde tiveram contato com conhecimentos e aprendizados agrícolas familiares ou não. Os filhos que nasceram no assentamento aprendem práticas que seus ancestrais já tinham, perpetuando, através do autoconsumo, sua cultura tradicional. Num lote visitado recentemente, uma assentada declarou que o feijão plantado e consumido por sua família provém de um acampamento, onde ela conheceu essa variedade de feijão, gostou e passou a guardar sempre suas sementes para (re)produzi-lo – momento no qual seu filho passa a adquirir, por meio da aprendizagem, este hábito. Em uma outra visita, conhecemos um casal que vive na companhia de dois dos seus netos que, quando não estão na escola, declararam ajudar o avô nas atividades agrícolas do lote. É muito comum que logo cedo as crianças comecem a ajudar em pequenas tarefas agrícolas, junto aos mais velhos.

Este aspecto cultural não fica adstrito a cada família; pelo contrário, as relações de vizinhança, amizade, religiosas ou o simples contato entre famílias com origens e trajetórias diferentes intensificam as trocas relativas a esses aspectos da produção. No núcleo VI do assentamento Monte Alegre, por exemplo, vizinhos trocaram mudas de árvore por outra de cacto e cada qual explicou sua utilização: no caso do cacto (conhecido como palma), usado pelo assentado de origem nordestina, serve para a engorda do gado, enquanto o arbusto (barbatimão), sua casca é usada como um medicamento para fechar feridas, dentre outras coisas. Cada qual passou a cultivar mais uma espécie vegetal que possui uma nova função em seu lote. Exemplos como este, de trocas de plantas e também de conhecimentos, são frequentes entre parceiros, assentados (as) que se dão bem no convívio comunitário.

Relacionado ao aspecto cultural, o desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes, o que estimula o aumento da biodiversidade em cada um deles. Segundo Whitaker (2006), os mosaicos formados com o advento dos assentamentos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da biodiversidade nos lotes (sendo cada lote um pedaço do mosaico). Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. A própria fazenda Monte Alegre, antes de assentamento, foi um espaço de monocultura de eucalipto, na qual utilizava-se intensivamente produtos agressivos ao solo e tinha sua paisagem homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

Caporal e Costabeber alertam que “a agricultura de base familiar é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de mais ocupação de mão-de-obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agroecossistema” (2003, p.141).

Pode-se afirmar a existência de uma agricultura sustentável quando são contemplados princípios agroecológicos, como a menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente; uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo; intenção de beneficiar a propriedade como um todo, e não a um produto específico; aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional; dentre outras (CAPORAL e COSTABEBER, 2003, p.142).

Cabe ressaltar, nem sempre a pressão ocasionada pelas atividades agrícolas no assentamento sobre os recursos naturais não causa impactos negativos para o ambiente. Mau uso da água em sistemas de irrigação e pastagem em áreas ciliares são encontradas nos lotes com frequência, assim como o uso de insumos químicos. Pode-se afirmar, ao menos, que a maior diversidade cultural relaciona-se com a maior biodiversidade e que a atividade agrícola que busca ser a de menor custo quanto possível, pelo nível de capitalização que os assentados se encontram, é poupador e menos dependente de insumos industriais (químicos, mecânicos e genéticos). Exemplos disso são as inúmeras estratégias postas em prática pelos assentados de fertilizar o solo com recursos próprios, o uso de implementos de tração animal e a prática de selecionar sementes para futuras safras.

A maior parte de toda a biomassa gerada no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é ou deixada sobre o solo, ou utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se neste caso as cinzas. Quando esta biomassa tem valor energético e/ou nutricional para criações, ela vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens juntamente com a biomassa e a cinza.

Como exemplo da reciclagem de nutrientes, toma-se os dados referentes ao destino da matéria orgânica somado à existência de criações no lote. Os quadros 8 e 9, a seguir, indicam que tanto a biomassa gerada, como os dejetos animais, são utilizados nas atividades agrícolas. Em relação à biomassa, há famílias que fazem compostagem com os restos de material orgânico, outras apenas as incorporam ao solo. Dizem que os benefícios são muitos, desde a nutrição das plantas (dispensando insumos externos) à formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outra resposta freqüente é a queima deste material que, além de se relacionar com um excesso de material orgânico, segue o hábito da queima do lixo.

QUADRO 8 – Destino da matéria orgânica.

	Bela Vista	Monte Alegre
Com o resto do lixo	03 (18,75%)	05 (11,15%)

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Queimado	04 (25%)	14 (31,2%)
Aproveitado	09 (56,25%)	29 (64,7%)
Enterrado	01 (6,25%)	02 (4,45%)

Por outro lado, a presença de criações evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Sempre ocorrem casos de reaproveitamento dos esterco dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais em grande parte provém do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos (para o gado), milho e outros cereais (para galinhas) e o excedente de legumes e frutas (destinado mais aos porcos). Estas são as três criações mais presentes e que em sua grande maioria servem prioritariamente ao autoconsumo das famílias. Além disto, comprovando a multifuncionalidade nos lotes dos assentamentos, os animais representam também uma verba “reservada” para gastos maiores quando necessários. Vários assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

QUADRO 9 – Presença de criações.

	Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
Bela Vista	02 (12,5%)	01 (6,25%)	05 (31,25%)	02 (12,5%)	10 (62,5%)
Monte alegre	24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

A maior presença de criações no assentamento Monte Alegre pode estar relacionada ao número bem maior de famílias que moram nos lotes de produção ou têm casas lá, onde moram os filhos casados. Já no Bela Vista, a grande maioria reside no lote de moradia (agrovila). As criações demandam que as pessoas estejam por perto, pelo fato de que muitos roubos de animais têm ocorrido. Portanto, o fato de morar no lote de produção pode ajudar a explicar porque no Monte Alegre os agricultores têm mais criações.

5. CONCLUSÕES

Com a implementação dos assentamentos são formados mosaicos na paisagem rural em substituição às monoculturas que existiam nas áreas anteriormente, de modo que a diversidade surge como um fator inerente. Uma grande fazenda é dividida em centenas de lotes, cada qual ocupado por uma família com determinada história de vida. Neste contexto de reterritorialização, cada família traz para seu lote experiências subjetivas únicas. Cada uma carrega consigo conhecimentos e práticas apreendidas na sucessão familiar e em sua trajetória, fatores que animam as especificidades das atividades agrícolas que são por elas desenvolvidas.

O modo de vida ali constituído, em constante transformação, expressa bem a singularidade de cada família (FERRANTE, 1994). Segundo Whitaker (2000; 2006), os mosaicos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da biodiversidade nos assentamentos. Dentre os fatores que impulsionam a diversificação estão as produções para autoconsumo, já que a alimentação das famílias envolve diversificação animal e vegetal.

Por isso, o autoconsumo é por nós entendido como algo que foge à análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares nos assentamentos, garantem a reprodução social e cultural da população estudada e provém às famílias sua base nutricional. Há, de fato, importante significado em se retirar da terra seus alimentos. O autoconsumo é visto como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais.

Como meio de desenvolvimento aos assentados, no entanto, vem prevalecendo as propostas produtivas de integração em grandes cadeias produtivas no papel de fornecedores de matéria-prima agroindustrial, na qual planta-se monocultura e há um contrato que lhes tira a autonomia produtiva. É certo que essas relações de “parcerias” são necessárias no presente, sobretudo pela situação econômica atual encontrada nos assentamentos. Elas, no entanto, não podem extinguir a característica de autonomia dos pequenos produtores assentados para determinar como são os processos de produção no interior de seus lotes agrícolas.

Os programas municipais, por sua vez, podem ser meios de se priorizar as necessidades e preferências das famílias como princípio gerador de desenvolvimento para elas. De uma produção que antes servia para o consumo próprio e para outras famílias ainda no interior dos assentamentos, seu excedente pode ir além, servindo tanto para a venda direta e mercado (feiras, supermercados, quitandas, restaurantes etc.), como para utilização em projetos de âmbito local. São produções que, além de ter um papel no orçamento familiar de quem produz, gerar sociabilidade e cooperação na comunidade, podem estabelecer a inclusão social desta população rural no município. Deste modo o município passa a produzir mais os alimentos que consome, porque há um papel do poder local no encaminhamento de propostas de soberania alimentar.

A inserção dessas produções em projetos municipais coloca pontos importantes para a investigação sobre uma alternativa de constituição de renda e de inclusão social para os assentados, o que pode chegar a ser um embrião para o desenvolvimento regional, com respeito à cultura tradicional. Tal modelo de desenvolvimento está a estender um benefício também à população urbana com alimentos a menores custos (com a venda direta) e com segurança alimentar na merenda escolar.

Vem sendo possível observar a abundância de alimentos que pode existir nos lotes familiares. Em cada um deles há pessoas que trazem rica bagagem como agricultores da lavoura “branca”, voltada à produção de alimentos. No espaço plantado alimentos para consumo familiar não há o interesse em beneficiar um produto, mas muitos deles para se compor o cardápio. A agricultura praticada procura ser a de menor custo quanto possível, pela situação financeira que se encontram os assentados, mas isso leva em conta ainda outros dois fatores: se alimentar sem o risco de contaminações por agrotóxicos e conhecimentos tradicionais de manejo, como aqueles que levam



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



agricultores a reciclar toda a matéria orgânica nas atividades agrícolas. Portanto, o espaço de produção do autoconsumo é sempre menos dependente de insumos externos à propriedade. Ao investigar as variedades alimentícias existentes nos lotes sob o ponto de vista sociológico, há uma relação entre elas e o *hábitus* cultural das famílias. E, na maneira pela qual conseguem viabilizar o suprimento de alimentos, ocorre que alguns princípios agroecológicos ficam em evidência.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P.M. (Org.) **Economia Brasileira**. Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: Editora CAVC, 2005, p.355-375.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.
- BARONE, L.A. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**. n.7, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1999, p.103-123.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CAPORAL, F.R. ; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.
- DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.
- FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**. n.1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p.75-148.
- FERRANTE, V. L. S. B. ; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.
- FERRANTE, V.L.S.B. ; SANTOS, M. A. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**. n.9, Nupedor, Uniara, Araraquara, 2004, p.131-146.
- FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Disputa por Assentamento deixa 14 Feridos no Interior de São Paulo**. Ex-ocupantes de lotes em Araraquara expulsam assentados regularizados. Folha Brasil, São Paulo, 01 de janeiro de 2008.
- KURANAGA, A.A. ; ALMEIDA, L.M.C. de ; FERRANTE, V.L.S.B. ; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa Direto do Campo do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, 37, n.11, novembro de 2007.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, v.6, p.40-58, 1998.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

SANTOS, I.P. dos ; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

WHITAKER, D.C.A. ; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**. n.8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p.19-32.

WHITAKER, D.C.A. ; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.